

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - EMPARN
CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

104 – ANALISTA / CONTABILIDADE
TIPO B

Frase: Batalhe firme e nunca desista.
(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **Caderno de Texto Definitivo**.
- Em hipótese alguma, o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva e discursiva para o **Cartão de Respostas** e para o **Caderno de Texto Definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

O passado que não passou

Virou museu, livro, festival. Só não virou passado. Barbacena, entre uma ladeira e outra de Minas, dificilmente é separada do seu passado como casa da loucura brasileira. Foi abrigo de vários hospitais psiquiátricos, como o famoso Colônia, palco de mais de 60 mil mortes numa época em que ser triste era loucura. As fortes cenas de internos dormindo no chão, já que entre cama e concreto não havia diferença, indigentes num lugar que deveria ser o caminho para a recuperação e que foi, no melhor dos casos, o caminho mais curto para o fim de tantas vidas são, agora, história, literatura, reflexão e debate na sociedade local. Porém, a cada 4 anos, temos uma dose de insanidade para nos lembrar da nossa dolorosa alcinha.

O jornalista Hiram Firmino comenta, no livro *Nos porões da loucura*, sobre os alicerces dos centros psiquiátricos — plataformas de deputados, prefeitos, secretários e diretores. As diretrizes dos tratamentos em Barbacena eram formadas a partir de interesses econômicos e eleitorais, dificilmente tendo em vista o real avanço da saúde pública e da humanização dos pacientes. Milhares de corpos eram vendidos para os cursos de medicina, já que cadáveres não faltavam nos hospícios, mas sim médico, apoio, investimento. Faltava boa vontade dos governantes. Homens, mulheres e crianças eram internados porque bebiam demais, namoravam demais, choravam demais e as instituições aceitavam, porque políticos e diretores lucravam demais. E os barbacenenses, de berço ou de coração, não estamos muito longe dos protagonistas deste drama.

Num trecho do livro *O Grande Mentecapto*, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um morador de Barbacena se é biista ou bonifacista. Seria alheio ao enredo da loucura não fosse o fato de Viramundo ter sido internado como louco, não fosse o fato de que biista é quem vota na família Bias Fortes e bonifacista é quem vota na família Bonifácio Andrada. O ponto aqui é que as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada ainda são as duas grandes vertentes da política local. Não subo, porém, no palanque da oposição contra as duas famílias; o que exponho é que não somos capazes de sair do *script* já tão bem conhecido de alternância de poder, em que até as divergências começam a convergir.

De que a psiquiatria viveu maus momentos aqui não há dúvidas, mas Barbacena não é só o porão da loucura brasileira. A cidade também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares. Não sou mineiro, mas sou filho adotivo de Barbacena — que de madrasta não tem nada. Não só o Hospital Colônia, não só o Holocausto Brasileiro: Barbacena é seu povo e a história de cada um que aqui vive ou viveu, loucos ou sãos, esta é BQ, a Barbacena Querida. É por isso que o nosso dever é o de sermos lúcidos, o passado já mostrou que não existe riqueza neste mundo que pague o preço do descaso. É este descaso que precisamos analisar, já que o que aconteceu não foi só fruto de uma medicina precária, mas de uma política de má-fé que temo perdurar até hoje por aqui.

Seja Andrada, Bias, ou Viramundo, o que Barbacena precisa é de um povo que, cansado da loucura a nós imposta, vote com a consciência dos que se recusam a aceitar a senilidade como cultura. Observemos o que Saramago expõe em seu romance *Ensaio sobre a lucidez*: a ideia de uma conscientização autônoma da população frente ao poder político. Uma comoção sem arma, sem luta, sem loucura. Uma comoção sã, de fazer da urna a extensão da força de um povo guerreiro. E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvidas: sou filho adotivo de Barbacena, cidade de subidas intermináveis e de pessoas memoráveis. Sou filho da cidade das rosas, do céu mais bonito que já vi. Louco eu seria se não visse beleza no “trem” de Minas, como no “meu” do meu berço paulista. Talvez sejamos todos um pouco loucos, mas é uma loucura de querer sorrir — a tristeza já morou por muito tempo em nossa cidade e está convidada a se retirar.

1. As classes de palavras ou classes gramaticais são grupos de palavras que são classificados de acordo com suas funções na língua portuguesa. Assim sendo, aponte a alternativa em que a função da classe de palavra demarcada esteja corretamente tipificada entre parênteses.

- (A) “[...] de todo o Brasil que vêm para **cá** em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores [...]” (Interjeição)
- (B) “Seria **alheio** ao enredo da loucura [...]” (Adjetivo)
- (C) “Barbacena, **entre** uma ladeira e outra de Minas [...]” (Conjunção)
- (D) “[...] se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou **são** [...]” (Verbo)
- (E) “[...] indigentes num lugar **que** deveria ser o caminho para a recuperação [...]” (Preposição).

2. “Milhares de corpos eram vendidos para os cursos de medicina, **já que** cadáveres não faltavam nos hospícios [...]”
O elemento conector destacado introduz uma oração do tipo

- (A) subordinada adverbial causal.
- (B) subordinada adverbial concessiva.
- (C) subordinada adverbial condicional.
- (D) subordinada adverbial consecutiva.
- (E) subordinada adverbial proporcional.

3. Atente-se aos vocábulos enumerados a seguir, de modo a assinalar a alternativa descrita corretamente.

“[...] o **que**¹ exponho é **que**² não somos capazes de sair do *script* já tão bem conhecido de alternância de poder [...]”

- (A) 1 é conjunção integrante; 2, pronome relativo.
- (B) 1 e 2 são pronomes relativos.
- (C) 1 e 2 são conjunções integrantes.
- (D) 1 e 2 são conjunções subordinativas.
- (E) 1 é pronome relativo; 2, conjunção integrante.

4. “[...] mas de uma política de **má-fé** que temo perdurar até hoje por aqui.”

Em analogia à palavra **má-fé**, há um vocábulo formado corretamente por hifenização no item

- (A) O **pé-de-moleque** é um doce feito de rapadura com amendoim torrado.
- (B) Comprei um vestido **cor-de-vinho**.
- (C) Aquela história é do **arco-da-velha**.
- (D) O acordo foi **pré-estabelecido** entre as partes.
- (E) Uma pessoa **mal-vista** é desacreditada por todos.

5. A classe de palavra realçada na passagem que segue tem função contextual de

“[...] já que **o** que aconteceu não foi só fruto de uma medicina precária, mas de uma política de má-fé que temo perdurar até hoje por aqui.”

- (A) pronome pessoal do caso oblíquo.
- (B) pronome relativo.
- (C) pronome indefinido.
- (D) pronome demonstrativo.
- (E) pronome pessoal do caso reto.

6. O paralelismo sintático, a partir da repetição do termo demarcado no excerto a seguir, indica uma coesão

“E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvidas: sou filho adotivo de Barbacena [...]”

- (A) referencial por uso de formas lexicais.
- (B) sequencial frástica.
- (C) referencial catafórica.
- (D) referencial anafórica.
- (E) sequencial parafrástica.

7. “De que a psiquiatria viveu maus momentos aqui não há dúvidas”

A função sintática da oração subordinada substantiva ressaltada, no período antecedente, é de

- (A) complemento nominal.
- (B) sujeito.
- (C) predicativo.
- (D) objeto direto.
- (E) objeto indireto.

8. “[...] temos uma dose de **insanidade** para nos lembrar da nossa dolorosa alcinha.”

A palavra em destaque, no período entre aspas, é formada por um processo de interseção de elementos

- (A) braquissêmicos.
- (B) afixados.
- (C) aglutinados.
- (D) justapostos.
- (E) parassintéticos

9. As orações introduzidas pelos elementos linguísticos, em I e em II, são respectivamente

“Observemos o **que** Saramago expõe em seu romance *Ensaio sobre a lucidez* [...]”

“[...] O ponto aqui é **que** as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada ainda são as duas grandes vertentes da política local [...]”

- (A) substantiva objetiva direta e substantiva completiva nominal.
- (B) substantiva subjetiva e adjetiva restritiva.
- (C) adjetiva restritiva e substantiva predicativa.
- (D) adjetiva restritiva e substantiva completiva nominal.
- (E) substantiva objetiva direta e substantiva predicativa.

10. Analise a regência do verbo demarcado, no contexto discursivo a seguir, para identificar a alternativa correta.

“E quando me **perguntarem**, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista [...]”

- (A) Trata-se de um verbo bitransitivo, em que a oração **ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos** é seu objeto indireto, e a oração **se sou biista ou bonifacista** é seu objeto direto.
- (B) Trata-se de um verbo transitivo direto, em que o pronome **me** é seu objeto direto.
- (C) Trata-se de um verbo transitivo direto, em que a oração **se sou biista ou bonifacista** é seu objeto direto.
- (D) Trata-se de um verbo bitransitivo, em que o pronome **me** é seu objeto indireto, e a oração **se sou biista ou bonifacista** é seu objeto direto.
- (E) Trata-se de um verbo transitivo indireto, em que a oração iniciada por preposição **ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos** é seu objeto indireto.

Raciocínio Lógico Matemático

11. Em um processo seletivo para uma empresa, constatou-se que a razão entre o número de candidatos que possuem ensino superior completo e os que possuem apenas o ensino médio completo é de 7 para 3. Ademais, a razão entre os candidatos com pós-graduação e os que têm apenas o ensino médio completo é de 4 para 5. Se o processo seletivo teve 240 candidatos, todos pertencentes a apenas um desses três níveis de escolaridade, então a quantidade de candidatos com pós-graduação é

- (A) 78.
- (B) 70.
- (C) 72.
- (D) 74.
- (E) 76.

12. Considere as seguintes proposições: (i) Se Ângela estuda para concurso, então ela será aprovada. (ii) Ângela não foi aprovada. (iii) Se Ângelo estuda para o concurso, então ele ajuda Ângela a estudar. (iv) Ângelo estudou para o concurso. Logo, com essas premissas, podemos afirmar que

- (A) Ângela foi aprovada.
- (B) Ângelo não estudou para o concurso com Ângela.
- (C) Ângela estudou para o concurso sozinha.
- (D) Ângela não estudou para o concurso.
- (E) Ângelo e Ângela estudaram para o concurso.

13. Os três filhos do Sr. Alcântara vão receber 20 mensagens de whatsapp para decifrarem um código de um jogo de enigmas. Para que haja possibilidade do enigma, todos os filhos devem receber, pelo menos, duas mensagens. Dessa forma, o número de possibilidades de recebimento dessas mensagens é de

- (A) 200.
- (B) 120.
- (C) 140.
- (D) 160.
- (E) 180.

14. Considere a sequência lógica dada por 2, 6, 12, 20, 30, 42, ...

Mantendo-se o padrão, afirma-se que o trigésimo termo será

- (A) 1080.
- (B) 634.
- (C) 786.
- (D) 848.
- (E) 930.

15. Uma gráfica precisa alugar uma impressora para confeccionar convites de casamento. Ao se fazer uma pesquisa, constatou-se que a empresa A aluga sob as seguintes condições: Um valor fixo de R\$ 750,00 mais R\$ 1,80 por impressão. A empresa B, cobra um valor fixo de R\$ 900,00 mais R\$ 1,55 por impressão. Dessa forma, com o intuito de economizar, podemos afirmar que

- (A) para uma demanda maior ou igual a 650 convites, contrata-se a empresa B.
- (B) para a impressão de 450 convites, deve-se contratar a empresa B.
- (C) para a impressão de 750 convites, deve-se contratar a empresa A.
- (D) compensa contratar a empresa A para uma demanda a partir de 400 convites.
- (E) compensa contratar a empresa B para uma demanda inferior a 700 convites.

Informática

16. Durante a organização de documentos em um computador com Windows 11, um usuário deseja mover uma pasta que contém arquivos importantes para outro local situado em um disco físico diferente conectado ao sistema, preservando a estrutura original e evitando a criação de cópias redundantes. Utilizando apenas os recursos do Windows Explorer, para realizar essa operação corretamente, o usuário deverá

- (A) pressionar as teclas Ctrl + Alt enquanto arrasta a pasta para o novo local, movimentando os arquivos sem deixá-los no local de origem.
- (B) pressionar a tecla Ctrl enquanto arrasta a pasta para o novo local, realizando a movimentação dos arquivos.
- (C) pressionar a tecla Shift enquanto arrasta a pasta para um local dentro do mesmo disco físico, garantindo a movimentação sem duplicação.
- (D) pressionar a tecla Shift enquanto arrasta a pasta para o novo disco físico, realizando a movimentação sem criar cópias.
- (E) arrastar a pasta normalmente para o novo disco físico, realizando automaticamente a movimentação sem criação de cópia.

17. Durante a preparação de um relatório no Microsoft Word 2021, um usuário deseja configurar o documento para que cada novo parágrafo inicie com um recuo automático de 2 cm, sem utilizar a tecla Tab e sem precisar configurar manualmente cada parágrafo. Para isso, o procedimento que deve ser realizado é

- (A) acessar o menu Revisão, ativar o Controle de Alterações e modificar o espaço inicial de cada parágrafo para 2 cm.
- (B) acessar o menu Layout, selecionar Parágrafo e definir o valor de recuo especial como Primeira linha, ajustando para 2 cm.
- (C) acessar o menu Exibir, selecionar Ferramentas de Parágrafo e alterar o espaçamento entre linhas para 2 cm.
- (D) acessar o menu Inserir, escolher a opção Recuo e ajustar a margem esquerda para 2 cm.
- (E) acessar o menu Design, aplicar um Estilo de Parágrafo e modificar o alinhamento do texto para Recuado.

18. Durante uma pesquisa acadêmica, um usuário precisa localizar rapidamente informações específicas dentro de uma página extensa na internet e, após encontrá-las, imprimir apenas o trecho selecionado, evitando a impressão da página completa. No contexto das funcionalidades comuns dos navegadores modernos (como Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox), o procedimento correto para atender a essa necessidade é

- (A) utilizar o campo de URL do navegador para digitar a palavra-chave desejada, pressionar Enter e imprimir apenas a parte destacada da página.
- (B) utilizar o atalho Ctrl + F para buscar o termo e, em seguida, copiar o trecho e colá-lo em uma nova aba do navegador para impressão direta.
- (C) utilizar o atalho Ctrl + G para localizar o conteúdo e, depois, usar o comando Salvar como para imprimir somente o trecho encontrado.
- (D) utilizar a opção de Ferramentas do navegador, selecionar Localizar e, na sequência, acionar o modo de impressão automática da página atual.
- (E) utilizar o atalho Ctrl + F para localizar o conteúdo e, após selecionar o trecho desejado, escolher a opção de impressão da seleção através do atalho Ctrl + P.

19. Durante o acesso a sites de bancos e a plataformas de compras online, um usuário deseja aumentar a proteção contra vírus e sites maliciosos utilizando recursos próprios dos navegadores ou complementando com aplicações específicas. Considerando práticas corretas de navegação segura no Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, bem como o uso adequado de antivírus, é correto afirmar que

- (A) a atualização dos navegadores e o uso de antivírus confiável configurado para proteção em tempo real contribuem para reduzir riscos durante a navegação na internet.
- (B) a utilização do Internet Explorer em sua versão finalizada garante segurança suficiente para dispensar o uso de antivírus.
- (C) o navegador Mozilla Firefox impede a instalação de extensões de segurança, sendo necessário usar apenas softwares antivírus externos.
- (D) o Google Chrome possui sistema nativo de firewall que bloqueia automaticamente a navegação em sites suspeitos sem necessidade de antivírus.
- (E) a instalação de múltiplos antivírus simultaneamente é recomendada para assegurar a proteção enquanto se navega na internet em qualquer navegador.

20. Em uma organização que adota o armazenamento de dados na nuvem para facilitar o acesso remoto e a colaboração entre equipes, é necessário garantir segurança, integridade e disponibilidade dos arquivos. Considerando práticas recomendadas no uso de soluções de cloud storage, é correto afirmar que

- (A) a limitação de acesso de usuários a pastas específicas não é recomendada em ambientes de nuvem, pois prejudica a colaboração entre equipes.
- (B) a sincronização automática de arquivos na nuvem elimina completamente a necessidade de backups locais, mesmo em casos de ataques de ransomware.
- (C) a implementação de autenticação em dois fatores nas plataformas de armazenamento na nuvem aumenta a proteção contra acessos não autorizados.
- (D) o armazenamento de arquivos em servidores externos impede a criptografia dos dados, tornando-os mais vulneráveis a interceptações.
- (E) a utilização de serviços de nuvem pública garante confidencialidade absoluta dos dados armazenados, dispensando a adoção de criptografia adicional.

História e Aspectos Geopolíticos do RN

21. “Há indícios de que Martim Afonso ainda se encontrava no Brasil quando Dom João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias. O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.”

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp/FDE, 1995. p. 44.)

A Capitania do Rio Grande representou uma das frentes de tentativa de ocupação portuguesa na América. Baseando-se nesse contexto, assinale a afirmativa correta quanto ao papel da Capitania do Rio Grande no século XVI.

- (A) A Capitania do Rio Grande foi, desde o início, uma exceção entre as demais por seu modelo de colonização baseado exclusivamente na produção de açúcar e na grande propriedade monocultora baseada na mão de obra indígena.
- (B) A Capitania do Rio Grande teve grande sucesso inicial, com altos rendimentos econômicos e rápida urbanização de seu território, graças à adesão pacífica dos grupos indígenas locais.
- (C) A Capitania do Rio Grande destacou-se entre as capitanias do Norte por ter sido a única a manter vínculos comerciais diretos com a França, em acordo firmado com a Coroa portuguesa.
- (D) A principal motivação para a ocupação do território da Capitania do Rio Grande foi a existência de ouro e prata em abundância, extraídas por indígenas potiguaros escravizados, tal como confirmado pelas primeiras expedições de colonos.
- (E) A Capitania do Rio Grande enfrentou sérias dificuldades de ocupação inicial, devido à forte resistência dos povos indígenas potiguaros e à presença francesa na costa, tornando-se uma das últimas a ser efetivamente conquistada no século XVI.

22. Considerando o contexto sociopolítico da colonização luso-brasileira no sertão do Rio Grande do Norte e o papel dos indígenas nesse processo, assinale a alternativa correta sobre a denominada “Guerra do Açu”, ocorrida entre o final do século XVII e início do século XVIII, que foi um dos desdobramentos da chamada “Guerra dos Bárbaros”.

- (A) A guerra expressou a ofensiva colonial contra os povos indígenas do sertão, especialmente os tapuias, considerados obstáculos à ocupação luso-brasileira da região.
- (B) A Guerra do Açu foi deflagrada por um levante dos jesuítas, que, contrários à escravização indígena, incentivaram os potiguaros a se rebelarem contra a Coroa portuguesa.
- (C) A guerra resultou da aliança entre franceses e indígenas tapuias, que juntos tentaram retomar territórios ocupados pela administração holandesa no Rio Grande do Norte.
- (D) O conflito foi promovido pelos senhores de engenho do Rio Grande do Norte, insatisfeitos com a política de concessão de terras devolutas aos indígenas potiguaros pelo governo metropolitano.
- (E) A guerra foi um dos efeitos da Insurreição Potiguar, sendo travada entre franceses com apoio dos indígenas tupis e tapuias, que desejavam expulsar os colonos portugueses da região.

23. “Lampião, falecido em 1938, foi o mais famoso dos cangaceiros do Nordeste [...]. O apogeu do banditismo [...] [no] nordeste brasileiro [...] [é] do período que medeia entre aproximadamente 1890 e 1940.”

(HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos. Estudo sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Barcelona: Ariel, 1983. p. 300)

Sobre o ataque de Virgulino Ferreira da Silva (c. 1900-1938) e seu bando à cidade de Mossoró, em 1927, e o fenômeno do cangaceirismo no contexto histórico do Brasil agrário-oligárquico do início do século XX, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cangaço, representado por Lampião, sempre se manteve sob controle direto do Estado brasileiro, funcionando como instrumento de repressão aos movimentos sociais rurais no Nordeste.
- (B) O ataque de Lampião a Mossoró ilustra a complexidade do cangaço como fenômeno social ambíguo, no qual se misturavam elementos de banditismo, clientelismo e resistência difusa à ordem oligárquica do sertão.
- (C) O ataque de Lampião a Mossoró representou uma aliança entre o cangaço e os setores revolucionários urbanos da classe operária, visando à derrubada do poder oligárquico republicano vigente.
- (D) O ataque a Mossoró demonstrou que Lampião buscava romper com a lógica do banditismo tradicional e se engajar na luta política institucional, estabelecendo diálogo com partidos populares e sindicatos.
- (E) A escolha de Mossoró por Lampião teve como objetivo central a fundação de uma comuna sertaneja, inspirada nos mesmos ideais de Canudos, o que explica o simbolismo do ataque.

24. “Depois da grande seca (1877) desenvolveu-se em toda a província um mal terrível. A cascavel — Crotalos horridos — devastou os sertões de um modo assombroso. Apareciam estes terríveis répteis com tal abundância que indivíduos havia que tinham morto para mais de 500 em pouco tempo. A vida do sertanejo e do gado que escapou da seca corria o risco de acabar ao dente do peçonhento animal.’ Assim escreve Virgílio Brígido, no prefácio a ‘A Fome’, de Rodolfo Teófilo.”

(CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Antares, 1984. p. 244.)

Considerando o impacto social e ambiental da grande seca de 1877 no Rio Grande do Norte, à luz do trecho apresentado pelo geógrafo brasileiro Josué de Castro (1908-1973) e da forma como as elites e o Estado lidaram com as catástrofes naturais e sanitárias no Nordeste, assinale a alternativa correta.

- (A) As epidemias e crises sanitárias do final do século XIX no Rio Grande do Norte foram desencadeadas por práticas culturais tradicionais dos sertanejos, que rejeitavam qualquer forma de modernização trazida pelo Estado.
- (B) A seca de 1877, embora grave, não teve implicações sanitárias relevantes, sendo apenas uma crise de produção agrícola que foi rapidamente superada com ajuda externa, de empresas estadunidenses.
- (C) A seca de 1877 e suas consequências evidenciam o abandono institucional das populações nordestinas, revelando um ciclo histórico de naturalização da miséria e ausência de políticas públicas estruturantes.
- (D) A chegada das serpentes cascavéis, conforme descrito por Virgílio Brígido, deve ser interpretada como uma alegoria literária que representa a degradação moral dos sertanejos, sendo responsabilizada pela disseminação de doenças.
- (E) O colapso social causado pela seca de 1877 foi resolvido pelas ações eficientes do Império, que criou um amplo e eficiente sistema de combate à fome e aos problemas sanitários do interior nordestino.

25. “A produção de algodão remonta aos séculos XVI e XVII. Segundo Rocha Pombo, o algodão foi nos tempos coloniais atividade econômica mais importante que a cana-de-açúcar, ‘tanto pela facilidade da respectiva cultura, como pela preferência que, entre as outras Capitanias, tinha o produto rio-grandense nos mercados’. Mas foi somente quando a Inglaterra implementou a Revolução Industrial no século XVIII que houve o primeiro boom do algodão.”

(TRINDADE, Sérgio L. Bezerra. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDIFRN, 2010. p. 263.)

Considerando as transformações estruturais da economia do Rio Grande do Norte, entre os séculos XIX e XX, especialmente no que se refere à cotonicultura, marque a opção correta.

- (A) No início do século XX, o Brasil era o principal fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa. Porém, em razão da guerra de independência estadunidense, os EUA substituíram o Brasil como o maior exportador do produto à Inglaterra.
- (B) O crescimento da cotonicultura no Rio Grande do Norte foi uma consequência direta das políticas estruturadas de incentivo à agricultura familiar no início do século XX, durante a chamada ‘Primeira República’.
- (C) O ciclo algodoeiro no Rio Grande do Norte manteve-se autossuficiente durante todo o século XX, não sendo afetado por crises internacionais nem por pragas que prejudicassem a produtividade, constituindo-se como o principal produto de exportação brasileiro no período.
- (D) A cotonicultura no Rio Grande do Norte teve ciclos de expansão ligados a conflitos externos como a Guerra da Secessão e a Primeira Guerra Mundial, e entrou em crise por fatores como pragas, secas, mercado instável e desarticulação produtiva.
- (E) As empresas multinacionais que atuaram no setor algodoeiro do Rio Grande do Norte foram responsáveis pelo declínio da produção local, ao desestimularem o investimento em tecnologia e contribuírem para a desconcentração fundiária no estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, tem como propósito a mensuração, análise e comunicação de informações econômico-financeiras das entidades, permitindo a tomada de decisões baseada em dados estruturados. Considerando os conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A função da contabilidade é exclusivamente voltada para o cálculo e cumprimento de obrigações fiscais, sendo sua aplicação limitada às questões tributárias e ao controle das contribuições governamentais.
- (B) A contabilidade tem como objetivo central assegurar a maximização da riqueza dos acionistas, sendo sua principal função a otimização dos resultados financeiros da entidade por meio de estratégias contábeis agressivas.
- (C) A finalidade primordial da contabilidade é garantir que todas as demonstrações financeiras sejam elaboradas sem qualquer influência de normas e princípios contábeis, permitindo uma abordagem flexível e ajustável às necessidades de cada organização.
- (D) Entre os objetivos da contabilidade está a geração de informações úteis para os usuários internos e externos, permitindo a avaliação da posição patrimonial, financeira e econômica da entidade, de forma consistente com normas e princípios contábeis reconhecidos.
- (E) A contabilidade se restringe ao registro das transações financeiras ocorridas na entidade, sem a necessidade de interpretação dos dados registrados, sendo um sistema meramente documental e operacional.

27. A correta estruturação do patrimônio de uma entidade é essencial para sua gestão estratégica e tomada de decisão. A equação contábil fundamental e os princípios de reconhecimento patrimonial definem a base para análise econômica e financeira da empresa. Considerando as configurações do patrimônio e suas implicações na avaliação contábil, marque o item correto.

- (A) A equação contábil $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$ deve ser respeitada em qualquer balanço patrimonial, e sua aplicabilidade pode ser verificada tanto no reconhecimento inicial dos elementos patrimoniais quanto na mensuração subsequente dos eventos econômicos.
- (B) Os ativos podem ser classificados em circulantes e não circulantes, sendo que sua reclassificação entre essas categorias depende exclusivamente da estratégia da gestão, sem necessidade de justificativas contábeis formais ou aderência a normas específicas.
- (C) O patrimônio líquido reflete exclusivamente o valor dos aportes de capital dos sócios, não podendo ser impactado por ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucro ou prejuízos acumulados decorrentes de exercícios anteriores.
- (D) As provisões registradas no passivo representam apenas obrigações futuras cuja liquidação é certa, sendo vedado seu reconhecimento para despesas e perdas estimadas que tenham caráter contingencial.
- (E) Na estrutura patrimonial de uma entidade, o reconhecimento dos bens intangíveis é opcional, dependendo do julgamento dos gestores sobre sua relevância financeira, podendo ser excluídos do balanço se considerados economicamente imateriais.

28. Os fatos contábeis representam os eventos que alteram a estrutura patrimonial das entidades, exigindo registro adequado para correta mensuração dos impactos financeiros. Considerando a classificação dos fatos contábeis e sua aplicação prática, indique a alternativa correta.

- (A) Uma empresa de tecnologia faz a reavaliação de um imóvel, aumentando seu valor patrimonial na contabilidade. Esse fato é classificado como modificativo diminutivo, pois altera a composição do patrimônio líquido por meio de reconhecimento de uma despesa contábil.
- (B) Uma empresa adquiriu um veículo para uso operacional, pagando integralmente em dinheiro. Esse fato contábil é considerado modificativo diminutivo, pois o desembolso de caixa reduz os recursos financeiros da empresa.
- (C) Uma indústria contrata um empréstimo bancário e recebe os recursos na conta-corrente empresarial. Esse evento representa um fato contábil permutativo, pois altera a estrutura patrimonial sem afetar o resultado da empresa.
- (D) Uma loja de varejo realiza a venda de mercadorias a prazo e reconhece a receita correspondente. Esse fato contábil é classificado como permutativo, pois há apenas uma alteração entre contas patrimoniais, sem impacto na geração de resultado.
- (E) Um restaurante paga salários aos funcionários ao final do mês. Esse pagamento constitui um fato contábil permutativo, pois representa um simples deslocamento de recursos financeiros entre contas patrimoniais.

29. A empresa X Comércio Ltda. realizou diversas operações ao longo do mês e precisa classificar corretamente os lançamentos contábeis, considerando débitos, créditos e a natureza das contas. Analise os seguintes eventos e selecione a alternativa correta.

- (A) Para controle interno, a empresa registrou um contrato de locação em contas de compensação no valor de R\$ 30.000,00. O lançamento correto envolve um crédito na conta de Direitos em Compensação e um débito na conta de Obrigações em Compensação, sem impacto no balanço patrimonial.
- (B) A empresa realizou a venda de mercadorias no valor de R\$ 50.000,00, recebendo R\$ 20.000,00 à vista e o restante a prazo. O lançamento contábil envolve um crédito na conta de Receita de Vendas e um débito na conta de Clientes.
- (C) A aquisição de um novo equipamento por R\$ 15.000,00 foi paga integralmente com recursos do caixa. A contabilização correta exige um débito na conta de Ativo Imobilizado e um crédito na conta de Despesa Operacional.
- (D) A empresa efetuou o pagamento de salários aos funcionários no valor de R\$ 25.000,00, registrando a saída de caixa. Esse evento é contabilizado com um débito na conta de Despesas com Pessoal e um crédito na conta de Bancos.
- (E) Uma dívida bancária de R\$ 40.000,00 foi renegociada, e uma parte de R\$ 10.000,00 foi convertida em ações da empresa. O lançamento correto envolve um crédito na conta de Capital Social e um débito na conta de Passivo Circulante – Empréstimos e Financiamentos.

30. Durante a escrituração contábil de uma empresa, erros podem ocorrer nos lançamentos, exigindo retificações para garantir a correta representação dos eventos financeiros. Considere os seguintes registros e suas possíveis correções, identifique o item correto.

- (A) A empresa registrou equivocadamente um pagamento de juros sobre empréstimos como uma provisão de garantias, sem impacto direto no balanço patrimonial. Para ajustar esse erro, deve-se debitar Garantias a Pagar e creditar Juros sobre Empréstimos.
- (B) Um pagamento de fornecedor no valor de R\$ 30.000,00 foi lançado indevidamente como recebimento de cliente. A correção exige um estorno do lançamento original e uma nova contabilização correta, debitando Fornecedores e creditando Caixa/ Bancos.
- (C) A empresa registrou erroneamente uma despesa de aluguel no valor de R\$ 12.000,00 como um aumento no ativo imobilizado. Para corrigir esse erro, deve-se debitar a conta de Despesa de Aluguel e creditar a conta de Ativo Imobilizado.
- (D) Uma receita de serviço prestado no valor de R\$ 18.500,00 foi erroneamente registrada como uma entrada de capital dos sócios. A retificação correta envolve um débito na conta de Capital Social e um crédito na conta de Receita de Prestação de Serviços.
- (E) Um erro na classificação de impostos a pagar fez com que um tributo fosse registrado como despesa operacional em vez de obrigação financeira no passivo. A correção adequada envolve um estorno e um novo lançamento, debitando Despesa Tributária e creditando Impostos a Pagar.

31. A empresa XYZ S.A. realizou diversas operações contábeis ao longo do exercício. Com base na correta contabilização dessas transações, marque a alternativa correta.

- (A) Um imóvel comercial da empresa foi vendido por R\$ 250.000,00 após anos de uso e devidamente depreciado. Para dar baixa no bem, o correto seria debitar Depreciação Acumulada e creditar Receita de Venda de Ativo Imobilizado, refletindo o ganho contábil na demonstração de resultados.
- (B) A empresa pagou R\$ 12.000,00 de juros sobre um empréstimo bancário contratado. O lançamento correto envolve um débito na conta de Juros sobre Empréstimos – Despesa Financeira e um crédito na conta de Empréstimos e Financiamentos – Passivo Não Circulante.
- (C) Em uma venda realizada no valor de R\$ 80.000,00, a empresa concedeu um desconto financeiro de R\$ 5.000,00 por pagamento antecipado. O registro adequado desse evento contábil implica um débito na conta de Desconto Concedido – Despesa Operacional e um crédito na conta de Caixa.
- (D) Durante o mês, foram pagos R\$ 35.000,00 em salários e encargos da folha de pagamento. A contabilização correta exige um débito na conta de Despesas com Pessoal e um crédito na conta de Bancos ou Caixa, refletindo a saída dos recursos financeiros.
- (E) A empresa precisou reconhecer a provisão de um imposto sobre faturamento no valor de R\$ 9.500,00. O lançamento adequado envolve um débito na conta de Despesas Tributárias e um crédito na conta de Tributos a Pagar – Passivo Circulante, representando a obrigação futura.

32. Uma empresa apresentou o seguinte balancete de verificação parcial no encerramento do período contábil:

Conta Contábil	Débito (R\$)	Crédito (R\$)
Caixa	35.000,00	
Bancos Contas Movimento	120.000,00	
Clientes	85.000,00	
Fornecedores		60.000,00
Estoques	140.000,00	
Empréstimos Bancários		50.000,00
Receitas de Vendas		280.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	165.000,00	
Despesas Administrativas	50.000,00	

Após a revisão do balancete, foram identificados os seguintes ajustes que ainda não foram lançados:

- Reconhecimento de despesas financeiras de R\$ 5.000 relacionadas a encargos bancários.
- Registro de um desconto concedido a clientes no valor de R\$ 8.000.
- Correção de um erro no lançamento de uma receita adicional de R\$ 12.000, que foi registrada no passivo por engano.
- Ajuste de um pagamento antecipado a fornecedores no valor de R\$ 10.000, que estava erroneamente alocado como despesa administrativa.
- Ajuste de um saldo indevido no ativo circulante de R\$ 15.000, referente a uma duplicata vencida e incobrável.

Com base nos ajustes identificados, o saldo total correto do balancete de verificação, considerando os valores já apresentados e os ajustes necessários, será:

- (A) R\$ 510.000 no débito e R\$ 510.000 no crédito.
- (B) R\$ 495.000 no débito e R\$ 495.000 no crédito.
- (C) R\$ 505.000 no débito e R\$ 505.000 no crédito.
- (D) R\$ 490.000 no débito e R\$ 500.000 no crédito.
- (E) R\$ 500.000 no débito e R\$ 500.000 no crédito.

33. Uma empresa possui as seguintes informações referentes ao fechamento do mês de março:

Saldo bancário contábil: R\$ 500.000,00.
Saldo bancário conforme extrato: R\$ 520.000,00.
Cheques emitidos e não compensados: R\$ 35.000,00.
Depósitos em trânsito: R\$ 25.000,00.
Tarifas bancárias debitadas pelo banco, mas ainda não registradas na contabilidade: R\$ 5.000,00.
Juros de aplicações financeiras creditados pelo banco, mas ainda não registrados na contabilidade: R\$ 15.000,00.

Com base nessas informações, o saldo correto de caixa e bancos após os ajustes necessários é:

- (A) R\$ 530.000,00.
- (B) R\$ 510.000,00.
- (C) R\$ 515.000,00.
- (D) R\$ 520.000,00.
- (E) R\$ 525.000,00.

34. O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações financeiras mais importantes, pois apresenta a posição contábil e financeira de uma entidade em determinado momento. Considerando os princípios contábeis e normas internacionais de contabilidade (IFRS), indique a alternativa correta que traz a melhor definição conceitual sobre a função e composição do Balanço Patrimonial.

- (A) O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que apresenta a posição financeira da empresa, segregando seus ativos, passivos e patrimônio líquido de forma equilibrada, de acordo com o princípio da entidade e continuidade dos negócios.
- (B) O Balanço Patrimonial reflete unicamente o resultado operacional da empresa, evidenciando receitas e despesas acumuladas ao longo do período.
- (C) O Balanço Patrimonial deve ser elaborado exclusivamente considerando valores históricos dos ativos e passivos, sem qualquer reavaliação ou ajuste para refletir valor justo.
- (D) O Balanço Patrimonial é utilizado apenas para fins fiscais e tributários, não sendo relevante para a gestão financeira e tomada de decisão estratégica.
- (E) A estrutura do Balanço Patrimonial pode variar entre empresas, sendo opcional a sua apresentação conforme padrões contábeis internacionais e locais.

35. A análise das demonstrações financeiras é um instrumento essencial para avaliar a situação econômica e patrimonial de uma empresa, permitindo que diversos usuários tomem decisões estratégicas. No entanto, há desafios e limitações que podem impactar essa análise. Com base nas premissas contábeis e nas boas práticas de interpretação dos demonstrativos financeiros, selecione o item que representa o maior cuidado a ser observado antes de realizar uma análise profunda dos demonstrativos contábeis de uma entidade.

- (A) A análise das demonstrações financeiras pode ser realizada sem a necessidade de ajustes para impactos inflacionários ou mudanças contábeis recentes, pois tais fatores não influenciam significativamente a interpretação dos números apresentados.
- (B) As limitações dos princípios contábeis e a existência de julgamentos subjetivos na elaboração dos demonstrativos devem ser considerados, pois podem distorcer a visão da situação real da empresa.
- (C) A análise deve considerar apenas os demonstrativos financeiros mais recentes, pois os dados antigos não possuem relevância para a avaliação atual da empresa.
- (D) A interpretação dos indicadores financeiros deve sempre ser baseada exclusivamente na estrutura contábil da empresa, sem necessidade de comparar com o setor ou com concorrentes diretos.
- (E) A análise patrimonial deve ser feita sem considerar impactos econômicos externos, visto que o balanço reflete apenas as operações internas da companhia.

36. A análise vertical é uma técnica fundamental na interpretação das demonstrações financeiras, permitindo a comparação da representatividade de cada conta dentro de uma estrutura contábil. No entanto, ao se diferenciar entre análise estática e dinâmica, certas premissas devem ser consideradas. Suponha que uma empresa tenha apresentado o seguinte demonstrativo simplificado:

Balanco Patrimonial Resumido

Ativo Total: R\$ 5.000.000

Passivo Circulante: R\$ 2.500.000

Passivo Não Circulante: R\$ 1.500.000

Patrimônio Líquido: R\$ 1.000.000

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a análise vertical dinâmica, a variação percentual do Passivo Não Circulante em relação ao Ativo Total pode indicar riscos financeiros de longo prazo, especialmente quando sua participação aumenta de forma relevante ao longo dos períodos.
- (B) Na análise vertical estática, o cálculo da representatividade do Passivo Circulante deve ser feito sobre o Ativo Total, refletindo a composição estrutural em um único período contábil.
- (C) Na análise vertical dinâmica, a evolução da participação do Patrimônio Líquido deve ser observada ao longo de múltiplos períodos, comparando sua alteração percentual em relação ao Ativo Total.
- (D) A análise vertical estática pode ser aplicada exclusivamente à Demonstração do Resultado do Exercício, já que o Balanço Patrimonial não permite comparações de estrutura em um único período.
- (E) A análise vertical dinâmica sempre deve ser feita utilizando valores absolutos, pois percentuais não refletem corretamente as tendências financeiras ao longo dos períodos contábeis.

37. A Lei Federal nº 6.404/76 estabelece regras fundamentais para a governança, estrutura e funcionamento das sociedades por ações no Brasil. Um dos pilares dessa legislação é a transparência na divulgação das demonstrações financeiras e a proteção dos interesses dos acionistas.

No contexto da estrutura do capital social, das obrigações de prestação de contas e da distribuição de lucros, considere a seguinte situação hipotética:

A companhia X, uma sociedade anônima de capital aberto, apresentou os seguintes dados ao final do exercício:

Capital social integralizado: R\$ 50.000.000

Lucro líquido do período: R\$ 12.000.000

Reservas legais acumuladas: R\$ 2.500.000

Distribuição mínima obrigatória de dividendos: 25% do lucro líquido ajustado

Reserva estatutária permitida: até 40% do lucro líquido ajustado

Despesa financeira acumulada no exercício: R\$ 3.000.000

Com base nas disposições da Lei nº 6.404/76, indique o item que representa o procedimento adequado para cálculo da distribuição de dividendos, considerando as regras de ajustes e destinações legais do lucro.

- (A) A destinação do lucro e a distribuição de dividendos devem ser determinadas exclusivamente com base na necessidade de liquidez da companhia, sem obrigação legal de considerar reservas ou ajustes antes da decisão.
- (B) A companhia deve distribuir integralmente o lucro líquido do exercício como dividendos aos acionistas, pois qualquer retenção de valores configura descumprimento da legislação societária.
- (C) Antes de calcular a distribuição obrigatória de dividendos, a empresa deve destinar 5% do lucro líquido para reserva legal e considerar as reservas estatutárias previstas, desde que estas não comprometam a liquidez da companhia.
- (D) A empresa pode definir livremente a porcentagem de dividendos a serem distribuídos, desde que a decisão seja tomada em Assembleia Geral e respeite as recomendações da diretoria sobre fluxo de caixa futuro.
- (E) A companhia não está obrigada a distribuir dividendos, pois empresas de capital aberto podem optar por reter integralmente seus lucros para reinvestimentos, conforme a política interna estabelecida pelos administradores.

38. Sobre bens públicos e entidades públicas, selecione a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos podem ser classificados como de uso comum, de uso especial e dominicais, sendo estes últimos disponíveis para alienação conforme requisitos legais.
- (B) Os bens públicos pertencem exclusivamente à União, sendo vedada sua posse por estados e municípios.
- (C) Entidades públicas de direito privado não possuem nenhuma vinculação administrativa com o Estado.
- (D) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados livremente pelo ente público, sem necessidade de autorização específica.
- (E) Apenas as autarquias são consideradas entidades públicas, enquanto fundações e empresas estatais têm caráter exclusivamente privado.

39. Uma empresa apresenta os seguintes indicadores financeiros ao final do exercício:

Liquidez corrente: 1,8

Liquidez seca: 1,3

Endividamento total: 65%

Garantia de capitais de terceiros (PL / Passivo total): 35%

Giro do ativo total: 1,4

Retorno sobre o ativo (ROA): 8%

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE): 18%

Com base nos dados apresentados e considerando conceitos avançados de análise financeira e contábil, marque o item que representa a melhor interpretação crítica dos indicadores financeiros da empresa.

- (A) O grau de endividamento superior a 60% compromete completamente a capacidade da empresa de captar novos financiamentos, pois investidores evitam empresas com qualquer endividamento elevado.
- (B) A empresa apresenta baixa liquidez e elevado endividamento, o que pode indicar dificuldades financeiras e risco de insolvência no curto prazo.
- (C) O índice de rotação dos ativos demonstra que a empresa tem baixa eficiência operacional, pois a rotação do ativo total abaixo de 2 indica dificuldades em gerar receita suficiente a partir dos ativos disponíveis.
- (D) O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) está acima do retorno sobre ativos (ROA), o que pode indicar a presença de alavancagem financeira, contribuindo para um maior retorno aos acionistas.
- (E) A liquidez seca inferior à liquidez corrente demonstra que a empresa tem forte dependência de estoques para cumprir suas obrigações de curto prazo, comprometendo sua estabilidade financeira.

40. O Sistema de Contas contábeis desempenha um papel fundamental na organização das informações financeiras e patrimoniais de uma entidade. A correta classificação das contas garante a transparência dos registros e a adequada tomada de decisão pelos gestores. No entanto, sua estruturação exige conhecimento técnico para diferenciar as naturezas das contas e suas inter-relações. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano de Contas é um documento fixo e imutável para cada entidade, não permitindo ajustes conforme alterações nas operações financeiras ou regulatórias ao longo do tempo.
- (B) As contas patrimoniais são aquelas que registram exclusivamente os eventos financeiros da entidade, não interferindo no cálculo do resultado do exercício.
- (C) No método das partidas dobradas, toda transação contábil gera um único lançamento em conta de ativo ou passivo, garantindo o equilíbrio dos demonstrativos financeiros.
- (D) As contas de resultado são classificadas em contas acumulativas e transitórias, sendo que as acumulativas permanecem no balanço patrimonial para futuros exercícios.
- (E) O Sistema de Contas contábeis é estruturado em contas patrimoniais e de resultado, sendo as patrimoniais classificadas em ativo, passivo e patrimônio líquido, enquanto as de resultado representam receitas e despesas.

41. Um gestor público precisa acompanhar a execução do orçamento de sua entidade, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme a legislação vigente. No decorrer do exercício financeiro, ele se depara com diferentes situações que exigem a correta aplicação dos conceitos de estágios da receita e da despesa. Diante desse contexto, indique o item correto.

- (A) A classificação da receita pública é determinada exclusivamente pela origem dos recursos, não havendo distinção entre receita corrente e receita de capital na execução orçamentária.
- (B) O estágio da liquidação da despesa ocorre antes da fase de empenho e representa o momento em que a obrigação financeira é formalizada pelo ente público.
- (C) A receita orçamentária é reconhecida no momento da previsão inicial e se torna disponível para execução imediata, independentemente da realização do ingresso financeiro.
- (D) O pagamento da despesa só pode ocorrer após o estágio da liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos documentos comprobatórios do serviço prestado ou bem fornecido.
- (E) O estágio da arrecadação da receita é meramente contábil e não possui impacto na disponibilidade de recursos para execução orçamentária.

42. O orçamento público é um instrumento essencial para a gestão financeira do Estado, fundamentado em princípios que garantem transparência, equilíbrio e responsabilidade fiscal. Durante sua elaboração, diversos fatores devem ser observados para assegurar a correta alocação dos recursos e o atendimento das demandas da sociedade. Além disso, o regime orçamentário brasileiro segue diretrizes constitucionais que orientam a estruturação e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), a qual deve se articular com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Diante desse contexto, assinale a alternativa correta sobre a concepção, elaboração e regime orçamentário no Brasil.

- (A) O regime orçamentário brasileiro é regido pelo princípio da unidade, o qual determina que todos os entes federativos devem utilizar um único orçamento integrado, promovendo uniformidade na gestão de recursos públicos e restringindo a autonomia financeira de estados e municípios.
- (B) O orçamento público deve observar princípios como universalidade, anualidade e equilíbrio, garantindo que todas as receitas e despesas sejam incluídas em um único documento, que deve ser elaborado para um período de um ano e respeitar a compatibilidade entre os valores arrecadados e os gastos planejados.
- (C) O princípio da exclusividade impede a inclusão de qualquer norma no orçamento que não esteja diretamente vinculada à previsão de receita e à fixação de despesa, vedando expressamente a criação de normas de natureza tributária ou administrativa no corpo da LOA.
- (D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento meramente indicativo e não tem qualquer efeito vinculante sobre a execução da despesa pública, sendo um documento de caráter consultivo para orientar o planejamento governamental.
- (E) O orçamento público, por sua natureza, possui caráter fixo e não pode ser objeto de ajustes ao longo do exercício financeiro, garantindo estabilidade absoluta na execução das despesas e prevenindo a necessidade de créditos adicionais.

43. Uma prefeitura municipal enfrenta diferentes desafios financeiros e precisa ajustar seu orçamento para atender demandas emergentes. Diante dos cenários abaixo, marque a alternativa correta sobre a classificação e o conceito de créditos adicionais.

- (A) No último trimestre do ano, a prefeitura percebe que uma determinada área da administração pública precisa de reforço financeiro para cumprir suas obrigações. Como a despesa já está prevista no orçamento, a melhor opção é solicitar um crédito suplementar, com autorização do Legislativo e indicação da fonte de recursos.
- (B) Após identificar um erro de previsão no orçamento, a prefeitura precisa destinar recursos a um programa que não estava previsto originalmente. Nesse caso, deve utilizar crédito suplementar, pois o objetivo é reforçar uma dotação já existente.
- (C) Os créditos adicionais podem ser classificados em suplementares, especiais e extraordinários, cada um atendendo a diferentes necessidades orçamentárias, sendo os extraordinários voltados para situações urgentes e imprevisíveis.
- (D) Em razão de um desastre natural inesperado, o município precisa de recursos imediatos para socorro à população afetada. O crédito adequado para essa situação é o crédito especial, pois se trata de uma despesa imprevisível e urgente.
- (E) O governo municipal deseja criar um novo programa de incentivo ao empreendedorismo local, mas o orçamento aprovado não contempla recursos para essa finalidade. Para viabilizar essa iniciativa, deve recorrer ao crédito extraordinário, que exige autorização legislativa específica.

44. Um ente público está finalizando seu relatório contábil e precisa classificar corretamente as receitas e despesas conforme sua natureza econômica. Durante esse processo, o contador responsável deve observar os princípios da contabilidade aplicada ao setor público e garantir a precisão das informações no balanço. Considerando esse cenário, selecione o item correto.

- (A) As receitas correntes são classificadas como valores recebidos pelo Estado exclusivamente para a manutenção do seu patrimônio imobilizado, sem influência sobre a execução dos serviços públicos.
- (B) As receitas de capital são aquelas derivadas da arrecadação tributária regular, destinadas exclusivamente ao financiamento das despesas correntes do ente público.
- (C) As despesas correntes representam gastos relacionados à aquisição de bens patrimoniais duradouros, contribuindo diretamente para a expansão do ativo imobilizado da entidade pública.
- (D) As receitas patrimoniais são originadas exclusivamente da alienação de ativos públicos e não possuem relação com rendimentos gerados por investimentos ou direitos de propriedade da administração.
- (E) As despesas de capital englobam os gastos destinados à aquisição de bens e à execução de investimentos públicos, podendo incluir inversões financeiras e amortização de dívidas.

45. A Administração Pública precisa estruturar seu orçamento de forma eficiente, garantindo que as ações governamentais sejam executadas dentro dos limites legais e atendam às necessidades da sociedade. O orçamento público segue diretrizes fundamentais, sendo organizado em programas, subprogramas, projetos e atividades, conforme os princípios estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no orçamento-programa. Sobre esse modelo de organização e execução orçamentária, marque a alternativa correta.

- (A) Os subprogramas orçamentários correspondem às ações exclusivas das entidades descentralizadas da administração indireta, não podendo ser utilizados para desdobrar objetivos e metas dentro de um programa governamental.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece os programas e projetos específicos do governo para o exercício financeiro, detalhando todas as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) No orçamento-programa, os recursos financeiros são alocados exclusivamente para despesas fixas da administração pública, sem vinculação direta às políticas governamentais estabelecidas nos programas e subprogramas.
- (D) A Lei Orçamentária Anual (LOA) contém a previsão dos projetos e atividades, vinculados aos programas de governo, sendo a peça que operacionaliza o planejamento estabelecido no Plano Plurianual (PPA) e na LDO.
- (E) O demonstrativo de funções do orçamento público permite a discriminação detalhada de todas as despesas e receitas do ente público, sem necessidade de vinculação aos programas e projetos estratégicos definidos pelo governo.

46. Durante o encerramento do exercício financeiro, um ente público realiza a análise comparativa entre os valores previstos no orçamento e aqueles efetivamente arrecadados ou executados. Esse procedimento é fundamental para avaliar a eficiência da gestão orçamentária e identificar eventuais distorções entre planejamento e execução. Com base nesse contexto, indique o item correto.

- (A) O orçamento público não prevê mecanismos de correção para divergências entre receitas e despesas, cabendo à administração absorver eventuais déficits ou superávits sem possibilidade de ajuste.
- (B) Se a receita arrecadada for inferior à receita orçada, o ente público deve automaticamente suspender todas as despesas autorizadas, independentemente de sua essencialidade ou impacto social.
- (C) A diferença entre a despesa autorizada e a despesa realizada nunca pode ser ajustada ao longo do exercício financeiro, uma vez que os valores aprovados na LOA são imutáveis e vinculam integralmente a execução orçamentária.
- (D) Caso a receita arrecadada seja superior à previsão orçamentária, os recursos excedentes podem ser livremente utilizados pelo ente público sem necessidade de autorização legislativa.
- (E) A análise comparativa entre valores orçados e realizados permite ajustes na execução orçamentária, podendo resultar em suplementação ou contingenciamento de despesas, conforme previsão legal.

47. Durante a gestão orçamentária de um ente público, a administração precisa acompanhar os restos a pagar, que fazem parte da dívida flutuante e representam compromissos financeiros assumidos em determinado exercício, mas com pagamento postergado para o período seguinte. Essa análise é essencial para garantir controle fiscal e correta execução dos recursos públicos. Diante desse cenário, selecione a alternativa correta.

- (A) Caso um contrato público tenha sido formalizado, mas a despesa ainda não tenha sido empenhada, o montante comprometido pode ser automaticamente inscrito como restos a pagar no encerramento do exercício, garantindo a continuidade da execução.
- (B) Os restos a pagar processados representam despesas que já foram empenhadas e liquidadas no exercício corrente, mas cujo pagamento foi adiado para o exercício seguinte, permanecendo como um compromisso financeiro pendente.
- (C) Os restos a pagar não processados referem-se às despesas devidamente liquidadas, cujo pagamento ainda não foi efetuado, sendo necessário apenas o cumprimento do prazo de quitação previsto na LOA.
- (D) As despesas inscritas como restos a pagar devem ser obrigatoriamente executadas no exercício subsequente, não podendo ser canceladas ou reavaliadas pelo ente público, mesmo em casos de insuficiência de arrecadação.
- (E) O demonstrativo da dívida flutuante compreende exclusivamente os restos a pagar, não incluindo outras obrigações financeiras de curto prazo, como depósitos de terceiros e operações de crédito em andamento.

48. O contador desempenha um papel essencial na transparência e na integridade das informações financeiras, sendo fundamental sua conduta ética na execução das atividades profissionais. A observância dos princípios da ética contábil, conforme estabelecido pelo Código de Ética do Profissional da Contabilidade, é indispensável para garantir credibilidade e responsabilidade na gestão das informações econômicas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta sobre ética profissional no exercício da contabilidade.

- (A) O contador deve sempre agir com objetividade, integridade e responsabilidade, garantindo que suas ações estejam alinhadas com os princípios éticos e evitando qualquer conduta que comprometa a veracidade das informações contábeis.
- (B) O sigilo profissional pode ser quebrado sempre que o contador considerar relevante para a proteção de seus próprios interesses, independentemente da autorização do cliente ou das disposições legais.
- (C) O contador tem total liberdade para alterar registros financeiros de um cliente caso perceba que determinada informação prejudicaria a imagem pública da entidade, desde que não haja impacto tributário.
- (D) A independência do contador permite que ele atue simultaneamente como consultor e auditor da mesma empresa, desde que sua atuação seja pautada pela boa-fé e pela confiança mútua com o cliente.
- (E) A ética contábil se restringe apenas ao cumprimento das normas técnicas e regulatórias, não sendo necessário que o contador observe princípios como zelo profissional, transparência e compromisso social em sua atuação.

49. A controladoria no setor público desempenha um papel essencial na gestão fiscal e na transparência da administração pública, garantindo a correta alocação dos recursos e o cumprimento das diretrizes legais. Seu modelo de atuação abrange diversas classificações e funções estratégicas, sendo fundamental para a fiscalização e controle dos atos administrativos. Com base nesse contexto, marque a alternativa correta.

- (A) Os objetivos da Controladoria no setor público são essencialmente contábeis, voltados para a escrituração e análise de balanços financeiros, não envolvendo aspectos de conformidade legal, controle interno e gestão de riscos.
- (B) A Controladoria Pública tem como principal objetivo realizar a auditoria operacional dos gastos governamentais, sem influência direta na tomada de decisão dos gestores, limitando-se à fiscalização posterior das contas públicas.
- (C) A Controladoria Pública atua de forma integrada aos órgãos de governança, realizando atividades de fiscalização, auditoria e gestão estratégica, auxiliando na tomada de decisão para assegurar eficiência, legalidade e transparência na administração pública.
- (D) A classificação da Controladoria no setor público é baseada exclusivamente em seu papel de auditoria interna, sendo sua atuação restrita à verificação contábil e financeira dos órgãos governamentais, sem interferência na formulação de políticas públicas.
- (E) A forma de atuação da Controladoria no setor público está centrada na correção de falhas administrativas, sendo sua função exclusivamente reativa, sem capacidade de influenciar o planejamento e a execução orçamentária dos entes públicos.

50. A Lei Federal nº 14.133/21 trouxe profundas mudanças no regime de licitações e contratos administrativos, substituindo normas anteriores e consolidando mecanismos mais modernos de transparência, eficiência e controle da administração pública. Entre as inovações, destaca-se a ampliação das modalidades de contratação, a obrigatoriedade do planejamento estratégico nas aquisições e a adoção de critérios mais rigorosos para seleção de propostas. Com base nos fundamentos dessa legislação, indique a alternativa que dá continuidade ao enunciado de forma correta.

- (A) A Lei nº 14.133/21 revogou integralmente a exigência de matriz de riscos nos contratos administrativos, permitindo que os entes públicos estabeleçam cláusulas contratuais livres sem previsão de alocação de responsabilidades entre as partes envolvidas.
- (B) A legislação instituiu novos mecanismos de governança para a contratação pública, exigindo que os órgãos e entidades adotem Plano de Contratações Anual, ampliando a previsibilidade e o alinhamento das aquisições aos objetivos estratégicos da administração.
- (C) Além das modalidades de concorrência, pregão e convite, a nova legislação incorporou o procedimento de credenciamento obrigatório para todos os contratos administrativos, garantindo a participação de qualquer interessado sem exigência de critérios técnicos específicos.
- (D) A Lei nº 14.133/21 eliminou o conceito de inexigibilidade de licitação, determinando que todas as contratações devem seguir estritamente o rito concorrencial, independentemente da natureza do objeto ou da possibilidade de competição entre fornecedores.
- (E) A nova norma extinguiu o regime de dispensa de licitação por valor, restringindo sua aplicação exclusivamente aos casos de calamidade pública ou emergência comprovada, eliminando a possibilidade de contratação direta em valores reduzidos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **Caderno de Texto Definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **15 (quinze)** linhas, e máxima de **20 (vinte)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **Caderno de Texto Definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será elaborada com base no conhecimento específico para o cargo pleiteado, que constará de **2 (duas)** questões, e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, **15 (quinze)** linhas, e no máximo, **20 (vinte)** linhas, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

Questão 1

Imagine que uma cidade enfrente uma enchente inesperada, causando danos significativos à infraestrutura pública e, claro, essa situação não estava prevista na Lei Orçamentária. Os créditos adicionais representam uma importante ferramenta de ajuste orçamentário na Administração Pública, permitindo a adequação das despesas previstas ao longo da execução do orçamento.

Diante do exposto, escreva um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 15 (quinze) linhas, e no máximo, 20 (vinte) linhas, conceituando créditos adicionais, explicando suas finalidades, classificações e como na prática esses créditos adicionais são utilizados, finalizando pela justificação de sua necessidade e impacto na execução do orçamento público.

Questão 2

A Controladoria é uma área essencial para a gestão organizacional, seja no setor público ou privado. Ela tem como principal função garantir a eficiência na administração dos recursos, promovendo transparência, controle financeiro e suporte à tomada de decisões estratégicas. Ela atua como um mecanismo de controle interno, auxiliando na fiscalização dos recursos públicos e na tomada de decisões estratégicas.

Diante do exposto, escreva um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 15 (quinze) linhas, e no máximo, 20 (vinte) linhas, conceituando Controladoria no setor público, explicando sua relevância, apresentando suas classificações, funções e características principais para a administração pública e exemplificando as formas de atuação no Setor Público.

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	